

TEXTO PARA DISCUSSÃO V. 16
SÉRIE 1 - GESTÃO DA CONSERVAÇÃO URBANA

**SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DA
CONSERVAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE GOIANA-PE**

Juliana Barreto

Norma Lacerda

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Olinda 2007



Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Missão

O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

Diretoria

Jorge Eduardo Tinoco, Diretor Geral
Mônica Harchambois, Diretor
Raquel Borges Bertuzzi, Diretor
Renata Campello Cabral, Diretor

Conselho de administração

Silvio Mendes Zancheti, Presidente
Tomás de Albuquerque Lapa
Vera Milet Pinheiro
Ana Rita Sá Carneiro
José Fernandes Menezes

Suplentes

Luis de La Mora
Fernando Diniz
Norma Lacerda

Conselho fiscal

Virginia Pitta Pontual, Presidente
Natália Vieira
Fátima Alves Mafra
Fábio Cavalcanti
Magna Milfont

Suplentes

Fátima Alves Mafra
Magna Milfont

Texto para Discussão

Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Editores

Série 1 Gestão da Conservação Urbana

Vera Milet, Natália Vieira e Renata Cabral

Série 2 Gestão do Restauro

Jorge Tinoco, Roberto Araújo e Mônica Harchambois

Série 3 Identificação do patrimônio Cultural

Ana Rita Sá Carneiro, Magna Milfont e Virgínia Pontual

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Rua Sete de Setembro, 80

53020-130 – Olinda – PE - Brasil

Tel.:(55 81) 3439-3445 - Fax: (55 81) 3429-1754

textos@ceci-br.org

www.ceci-br.org

FICHA BIBLIOGRÁFICA

Autores: Juliana Barreto

Título: Subsídios para a elaboração de Plano de Gestão da Conservação do Núcleo Histórico de Goiana - PE

Editora: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Tipo da publicação: Textos para Discussão V. 16, Série 1 - Gestão da Conservação Urbana

Local e ano de publicação: Olinda, 2007

ISSN: 1980-8259

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE GOIANA-PE*

Juliana Barreto*, Norma Lacerda*

RESUMO

O presente artigo aborda a inserção dos princípios da conservação integrada, entre eles a necessidade de planejamento de um núcleo histórico, a partir do controle das mudanças de suas características físico-territoriais. Trata-se, portanto, do processo de gestão da conservação, tendo como objeto empírico de análise o núcleo histórico de Goiana, o qual recentemente passou por um estudo para instruir sua proposta de tombamento. Tem, assim, por objetivo, fornecer uma contribuição que possa embasar o desenvolvimento do Plano de Gestão da Conservação desse núcleo, como forma de minimizar perdas do seu patrimônio. Dessa maneira, relaciona-se o entendimento da conservação integrada inserida no campo do planejamento urbano, a partir de sua aplicação em três experiências em núcleos históricos, entre eles Trinidad e Havana, em Cuba, e Piranhas, em Alagoas. Os subsídios apresentam-se em forma de diretrizes capazes de nortear a elaboração do mencionado Plano.

Palavras chave: Patrimônio cultural, núcleo histórico, gestão da conservação.

1. INTRODUÇÃO

A problemática da conservação urbana vem sendo uma constante nas cidades, particularmente naquelas que detêm áreas antigas, como os núcleos históricos, onde, na maioria das vezes, pela ausência de um planejamento urbano capaz de conciliar os novos usos e padrões de habitabilidade com o respeito ao patrimônio construído existente, vêm se deteriorando. Em Goiana, município de Pernambuco, o núcleo histórico se apresenta bastante heterogêneo, com diversidade funcional, distribuída mais intensamente entre comércio e moradia e, em menor escala, serviços, educação e lazer. As edificações que abrigam essas atividades encontram-se em estado de conservação regular, e, em alguns casos, em estado precário.

* Artigo desenvolvido no Curso de Pós-Graduação em Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano da América Latina – ITUC/AL, junto ao Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, sob orientação da Prof. Dra. Norma Lacerda, em 2006.

* Arquiteta e urbanista, mestranda da linha de Conservação Urbana do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – UFPE, 2006-2007.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da UFPE e membro do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI.

A municipalidade de Goiana detém, como instrumentos legais urbanísticos, a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano (LUOS), o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2004 e o Plano Plurianual (PPA). Analisando a LUOS, especialmente os artigos referentes ao núcleo histórico, percebe-se que especificidades não foram devidamente consideradas, deixando margens à interpretações, o que dificulta a aplicação de medidas adequadas à sua salvaguarda. Em âmbito federal, o núcleo histórico encontra-se submetido aos ditames do Decreto-Lei nº 25 de 1937, instaurado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por reunir oito monumentos religiosos tombados sujeitos à legislação de proteção de suas características essenciais. Além disso, Constituição Federal de 1988, particularmente em seus artigos 215 e 216, faz valer o direito referente à cultura.

No campo da conservação, foi desenvolvido pela 5ª Superintendência Regional do IPHAN um estudo para instruir o Processo nº 1483-T-01, “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Goiana, Estado de Pernambuco”. Esse processo, aberto em 2001, solicita um posicionamento quanto à efetivação do tombamento, voltado ao núcleo histórico da cidade, como instrumento jurídico capaz de assegurar a preservação do legado existente, para usufruto e conhecimento também pelas futuras gerações. O estudo abrange uma análise geral da evolução urbana, identificada através da leitura de sua morfologia, tipologia e acontecimentos históricos mais significativos, considerando a pertinência de seus monumentos nacionais, vinculados à arte religiosa, e sua relação de ambiência com o casario do entorno. O resultado – sabendo-se que o sítio já se encontra em caráter de semi-proteção desde que aberto seu pedido de tombamento oficialmente - foi favorável à sua inscrição no Livro do Tombo Histórico e à delimitação de um polígono de proteção e áreas de entorno dos monumentos, como um meio de garantir sua posição de destaque na paisagem e ambiência no entorno. Porém, o mencionado documento encontra-se em revisão pelo órgão competente, não obtendo, até a data atual, uma conclusão quanto às posturas a serem adotadas. De qualquer maneira, ofereceu importantes subsídios para este artigo, ao evidenciar a deficiência na estrutura de gestão da conservação do núcleo histórico desse município.

Diante do exposto, o objetivo geral do trabalho consiste no conhecimento da atual estrutura de gestão do município de Goiana, especificamente no que se refere à conservação do seu núcleo histórico, caracterizando a problemática existente e propondo diretrizes e recomendações que possam orientar o desenvolvimento de seu Plano de Gestão da Conservação.

Para atingir esse objetivo, foram percorridas quatro etapas de investigação. Na primeira, foi caracterizado o núcleo histórico de Goiana e sua evolução urbana, com enfoque no estado de conservação dos seus imóveis e grau de descaracterização arquitetônica. A segunda etapa consistiu em uma fundamentação teórica, a partir da abordagem conceitual de patrimônio, núcleo histórico e gestão da conservação, introduzindo a importância dos princípios da visão integrada da conservação para as cidades e as recomendações internacionais decorrentes das discussões em torno do patrimônio. Nessa etapa ainda foram identificadas experiências bem sucedidas no campo da gestão da conservação que foram adotadas em cidades patrimônio da América Latina, como é o caso de Trinidad e Havana, em Cuba, e Piranhas no Brasil. A terceira etapa corresponde a uma exposição da atual situação da conservação do patrimônio cultural e ambiental do núcleo histórico de Goiana, as características do sistema municipal de gestão para a conservação, com suas deficiências e atribuições. Na quarta etapa é apresentada a proposta de diretrizes orientadoras do Plano de Gestão, voltadas à conservação do núcleo

histórico da cidade, que venham a ordenar e efetivar as ações de salvaguarda, dentro da ótica da sustentabilidade. E, por fim, as considerações finais em torno da experiência estudada.

2. O NÚCLEO HISTÓRICO DE GOIANA

O município de Goiana encontra-se localizado na mesorregião da Mata Norte do Estado de Pernambuco, em área bastante plana, com 494,20 km² de extensão, próximo ao limite entre os Estados de Pernambuco e da Paraíba. Dista 60 km de Recife e 56 km de João Pessoa. Seu principal acesso se dá pela BR-101, através da Vila Operária e da PE-65, com acesso pelo seu caminho original (imagem 1).

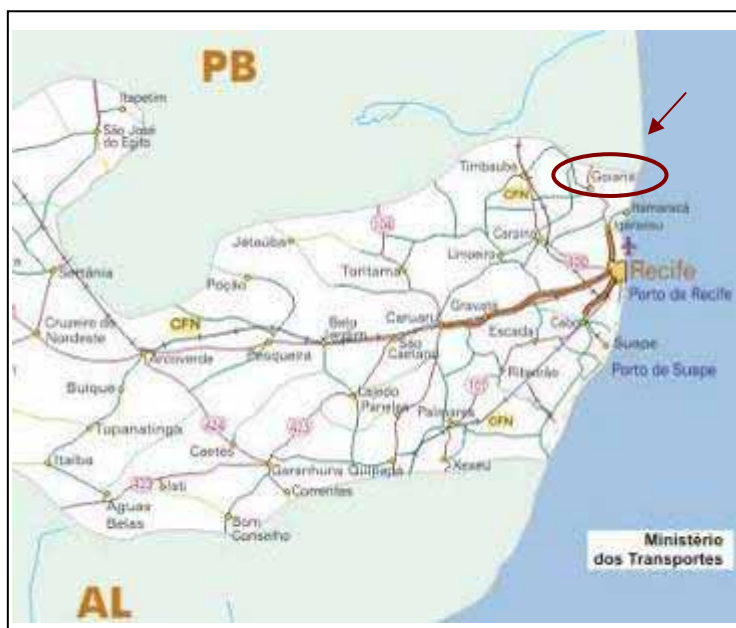


IMAGEM 1: mapa de localização de Goiana, em 2005
 FONTE: www.guiageo.com

As principais atividades econômicas do município de Goiana são o comércio, a agropecuária e as indústrias de transformação. Porém, seu potencial está concentrado nas usinas e engenhos, em decorrência das áreas propícias ao cultivo de cana-de-açúcar. Como um marco econômico, foi construída, em fins do século XIX, a primeira indústria açucareira, a Usina Goyanna, hoje denominada Usina Nossa Senhora das Maravilhas. O setor agrícola do município detém 65% de toda produção. Além desse potencial econômico, Goiana possui grande acervo de recursos naturais, com belo litoral onde se situam as praias de Ponta de Pedra, Catuama e Carne de Vaca, dentre outras, e áreas de manguezais.

Em relação ao núcleo histórico de Goiana, este é bastante extenso e abrange uma área em torno de 90.000 m², onde estão localizados oito monumentos religiosos tombados em nível federal¹. Essa área corresponde à porção mais antiga da cidade, surgida em fins do século XVII, a partir de um caminho inicial, um lugar de passagem até seu antigo porto, às margens do rio Goiana (imagem 2).

¹ Convento e Igreja de N. S. da Soledade, Convento e Igreja de Santo Alberto de Sicília, Igreja da Ordem Terceira do Carmo, Igreja de N. S. da Conceição, Igreja de N. S. da Misericórdia, Igreja de N. S. do Amparo, Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos e Igreja Matriz de N. S. do Rosário, tombados em 1938.



IMAGEM 2: Foto do antigo Porto de Goiana.
FONTE: Álbum Ilustrado de Goiana, 1921

De acordo com o estudo, “nas várzeas do rio Capibaribe, do rio Goiana e do rio Ipojuca foram implantados os primeiros engenhos em Pernambuco, tornando possível a ocupação, o povoamento e o florescimento de uma vigorosa economia colonial.” (IPHAN, 2005: 07) (imagem 3).

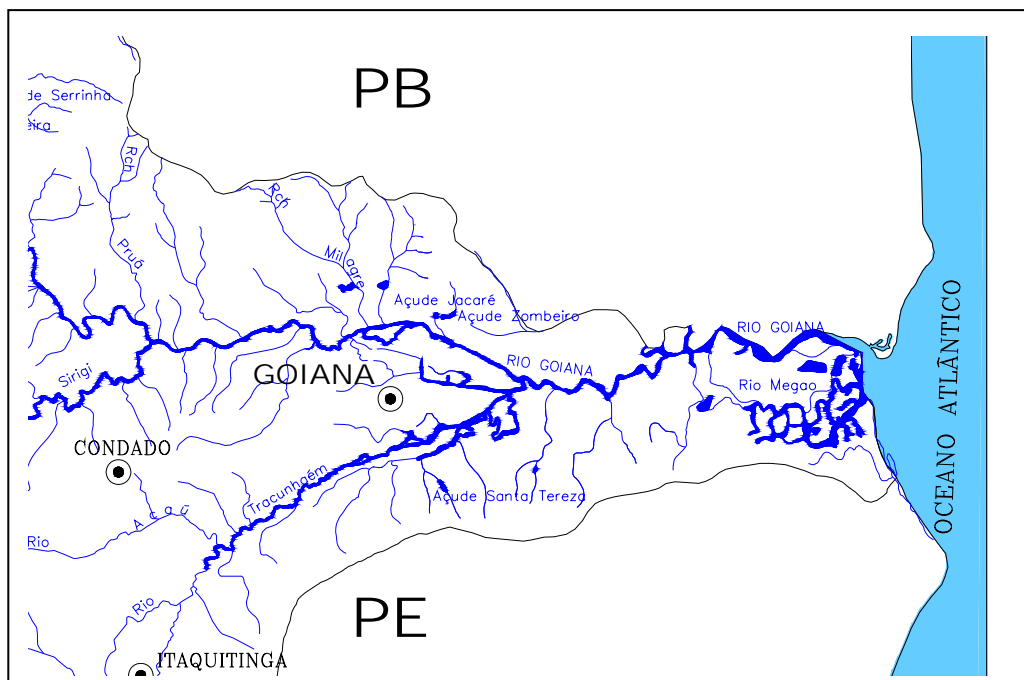


IMAGEM 3: mapa da bacia hidrográfica de Goiana, em 2006.
FONTE: CPRH.

Diante disso, percebe-se o importante papel do rio Goiana, como elemento condicionante para o surgimento e desenvolvimento do município. Em sua margem, rica em cobertura vegetal, concentram-se exemplares da arquitetura vernacular, habitados por população ribeirinha, que vivem em precárias condições de habitabilidade. Mesmo assim, a associação do elemento natural com o construído resulta em um conjunto de grande valor paisagístico (imagem 4).



IMAGEM 4: Rio Goiana, em 2004.
FONTE: Juliana Barreto.

Em relação à trama urbana do núcleo histórico, seu traçado irregular é marcado por ruas estreitas que se abrem em largos ou pátios - bastante característico de uma forma de ocupação espontânea - criando perspectivas monumentais, onde o casario singelo permite uma ambiência singular, tendo como ponto focal o monumento religioso (imagens 5 a 7). É importante ressaltar a permanência das igrejas como elementos representativos da influência religiosa e portadores de grande simbolismo na paisagem urbana.



IMAGEM 5: Vista da Igreja Matriz - sem data
FONTE: Arquivo 5ª SR/IPHAN



IMAGEM 6: Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos, 2004.
FONTE: autora.

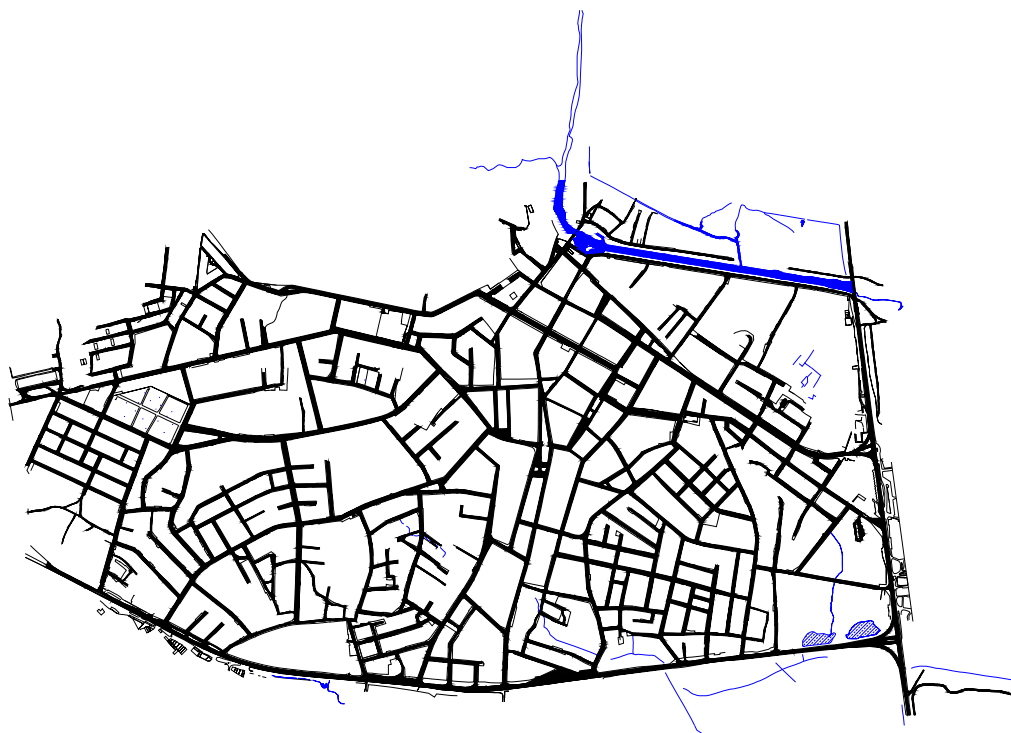


IMAGEM 7: Malha urbana do núcleo histórico de Goiana, em 2004
FONTE: Mapa Cadastral de 2002

Em relação ao aspecto morfológico, a cidade é bastante plana, com um casario de predominância até dois pavimentos. Raros são os casos de edificações com mais de dois pisos. Sua paisagem urbana é caracterizada por marcos arquitetônicos, dentre eles a Fábrica de Tecidos de Goiana – FITEG, que construiu a primeira Vila Operária da América Latina (imagem 8). No entanto, ao longo do tempo, foi intensamente descaracterizada (imagem 9).



IMAGEM 8: Antiga Vila Operária, em 1921
FONTE: Álbum Ilustrado de Goiana.

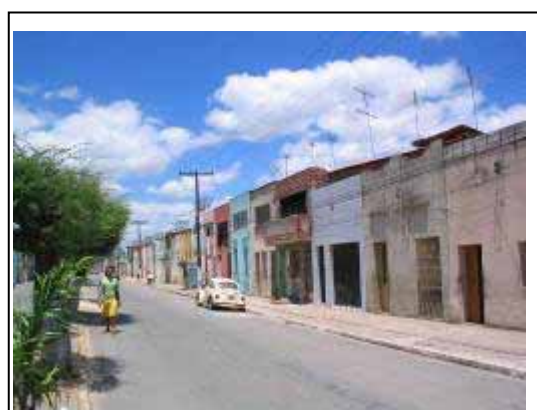


IMAGEM 9: Vila Operária atualmente, em 2004.
FONTE: Juliana Barreto.

Outras edificações se sobressaem pela sua singularidade na paisagem, sendo representativas dos estilos colonial, art-déco, eclético e alguns elementos do gótico, porém com estado de conservação oscilando entre regular e precário (imagens 10 a 15).



IMAGEM 10: Casario da Rua Nunes Machado, 2004.
FONTE: Juliana Barreto



IMAGEM 11: Casario da Rua Nunes Machado, 2004.
FONTE: Juliana Barreto



IMAGEM 12: Casario da Rua Nunes Machado, 2004.
FONTE: Juliana Barreto



IMAGEM 13: Casario da Rua do Rio, 2004.
FONTE: Juliana Barreto



IMAGEM 14: Antiga FITEG- Fábrica de Tecidos de Goiana, 2004.
FONTE: Juliana Barreto



IMAGEM 15: Marçonaria de Goiana, 2004.
FONTE: Juliana Barreto

Além do rico patrimônio edificado, Goiana também reúne manifestações culturais singulares, como as bandas musicais Curica e Saboeira, as celebrações religiosas e procissões, artesanato local voltado à arte religiosa e aos personagens que compõem o imaginário nordestino, além de expressões do folclore, como o caboclinho, ciranda e maracatu. Possui também uma gastronomia típica, rica em frutos do mar.

2.1 Problemática da Conservação

A paisagem cultural² do antigo porto de Goiana atualmente encontra-se em abandono. Não sem razão, os seus habitantes parecem se posicionar indiferente ao seu principal núcleo de surgimento, catalisador das relações econômicas de outrora. Dessa forma, torna-se uma diretriz básica da gestão da conservação de Goiana a reintegração da área portuária à dinâmica urbana local.

Também os espaços públicos são deficientes em termos da aplicação dos princípios da conservação. Existe a necessidade de uma visão ampla, de entender os espaços públicos como um sistema, interdependente e articulado. Esse fator torna-se relevante na medida em que as praças e pátios são bastante comuns no seu núcleo histórico e as ruas e avenidas servem como elementos de interligação entre eles. Além disso, foi identificada a existência de uma feira livre na circunvizinhança de monumento, como é o caso da Rua da Misericórdia onde existe a Igreja de N. S. dos Milagres, antiga Santa Casa de Misericórdia (imagens 16 e 17).



IMAGEM 16: Vista da feira livre a partir da Igreja da Misericórdia, década de 1970.
FONTE: acervo IPHAN



IMAGEM 17: Vista da feira livre a partir da Igreja da Misericórdia, em 2004.
FONTE: Juliana Barreto

A análise do núcleo histórico em relação às descaracterizações de seu casario identificou perdas de sua homogeneidade, provenientes de intervenções descontroladas da população residente. O poder público não atuou eficientemente no sentido de orientar nem de fiscalizar as intervenções. A visita ao local permitiu observar a existência de

² Entende-se por paisagem cultural, definida por Carl O. Sauer, o resultado da ação cultural, de determinado agrupamento humano ao longo do tempo, em uma paisagem natural.

fragmentos de porções urbanas preservadas, impondo-se como “ilhas” de valor histórico, artístico e cultural.

Esses imóveis demandam a urgente implementação de ações conservativas capazes de reintegrá-los à sociedade com a mesma imponência com a qual foram criados. Isso reflete a ausência de uma ação pública planejada capaz de aplicar os princípios da conservação integrada para o desenvolvimento do município.

Entre as descaracterizações ou modificações mais comuns ao casario, estão o aumento de gabarito, alteração da volumetria e da relação entre cheios e vazios – especialmente nos estabelecimentos comerciais –, retirada dos elementos estilísticos das fachadas e modificação dos materiais de revestimento, tanto das fachadas como das cobertas, além da introdução de antena parabólica nas cobertas (ver imagens 18 e 19). Fatores estes que comprometem a harmonia do conjunto.



IMAGEM 18: Estudo dos cheios e vazios das fachadas, em trecho da Rua Nunes Machado, através da técnica de mascaramento. Verifica-se a predominância da modulação fabril e as alterações nas aberturas e gabaritos, em 2004.

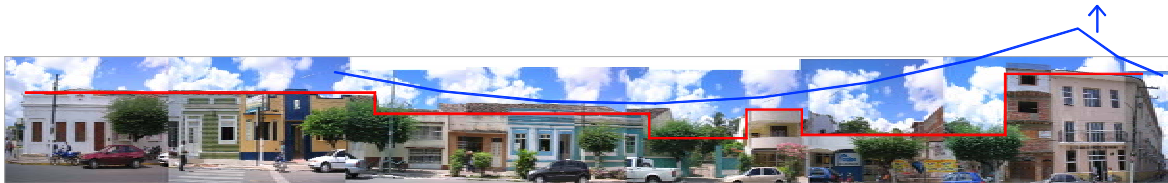


IMAGEM 19: Linha de coroamento e linha de força com pontuação, em trecho da Rua Marechal Deodoro da Fonseca, revelando acréscimo de gabarito, em 2004.

Convém ressaltar que a preocupação com a preservação e a conservação do casario está relacionada tanto à manutenção de suas características singulares como à proximidade aos monumentos religiosos, tendo em vista pertencer ao entorno imediato de tais imóveis de destaque. Por esse fato, não devem reduzir sua visibilidade e nem tampouco chamar para si demasiada atenção, segundo os parâmetros do Decreto-Lei nº 25/37, mais especificamente em seus artigos 17 e 18.

Diante do exposto, percebe-se a ausência da adoção dos princípios básicos da conservação urbana para a cidade - capaz de tratá-la como um organismo vivo, resultante de um processo histórico - que possa conciliar os padrões modernos de desenvolvimento aliados à prática conservacionista, sem resultar em perdas para a população atual nem para as futuras gerações.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA UM PLANO DE GESTÃO DA CONSERVAÇÃO

O discurso em torno do patrimônio está fundamentado na busca de uma identidade cultural que concorre para a formação da nação, com esforços em garantir sua integridade e continuidade. Seu próprio conceito é relativo à herança paterna; tem um sentido de

pertencimento e apropriação. O Estado busca a valorização do patrimônio por ser o elemento representativo de uma memória que integra a nacionalidade, daí a sua importância.

Segundo entendimento de Fonseca (2005), a preocupação com a salvaguarda em torno do que constitui patrimônio está presente desde o século XVII, partindo da Igreja e dos segmentos mais dominantes da sociedade, onde o foco eram as edificações isoladas. Apenas a partir de meados de 1960 é que a idéia de proteção ao conjunto histórico - Igreja e casario - se amplia:

“Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural.” (IPHAN, 2004: 219)

O reconhecimento da responsabilidade de transmitir às gerações futuras a integridade do patrimônio foi consolidado com o documento da Carta de Veneza em 1964. Essa carta esclarece a noção de monumento histórico e orienta processos de intervenção em sítios históricos e monumentos, de forma a não diminuir o seu valor.

Como prática interventiva para a proteção do patrimônio e objetivo principal do planejamento urbano e territorial, incorpora-se o recente conceito de conservação integrada, onde seus princípios foram ampliados na década de 1970, na Declaração de Amsterdã:

“A conservação integrada é o resultado da ação conjugada das técnicas da restauração e da pesquisa de funções apropriadas. A evolução histórica levou os centros históricos degradados das cidades e, eventualmente, as pequenas cidades abandonadas a se tornarem reservas de alojamento barato. Sua restauração deve ser conduzida por um espírito de justiça social e não deve ser acompanhada pelo êxodo de todos os habitantes de condição modesta. A conservação integrada deve ser, por isso, um dos pressupostos do planejamento urbano e regional” (IPHAN, 2004: p.214)

A idéia de conservação integrada vem tratar a cidade como um artefato histórico e cultural, no âmbito do desenvolvimento sustentável urbano, onde a dimensão cultural vem a aparecer no mesmo grau de importância que as dimensões econômica e política. Ela nada mais é do que a gestão do controle da mudança.

A gestão, por sua vez, é fundamentada no processo de negociação para a tomada de decisões. Convém registrar que as recentes práticas gestoras das cidades vêm aplicando os princípios do planejamento estratégico, que tem por objetivo projetar a cidade na competitividade e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, focalizando a construção de consensos entre participantes internos e externos de uma organização

pública³. Esse tipo de planejamento tem como fundamento a escolha não de cidade, mas de seus territórios considerados parcialmente rentáveis. A conservação integrada não se confunde com essa visão, na medida em que assume um novo paradigma no campo da gestão, capaz de ressaltar as especificidades locais e resgatar a herança cultural que a acelerada homogeneização do território insiste em apagar. Constitui-se como uma estratégia de sobrevivência à economia globalizada, onde o fortalecimento democrático e cultural vêm a emergir com a revalorização da dimensão local. Então, conclui-se que o atual desafio da gestão de áreas históricas consiste na readaptação das condições de vida moderna à estrutura antiga pré-existente, ressaltando seus valores essenciais sem por em risco sua autenticidade ou sua integridade.

Sabendo-se que o núcleo histórico de qualquer cidade reúne os conceitos de patrimônio, memória e identidade, para mantê-lo vivo devem ser evidenciados seus valores intrínsecos. O reconhecimento desses valores levará à formulação de diretrizes conservativas mais adequadas à estrutura existente.

Como o objetivo do presente artigo pretende fornecer subsídios para o desenvolvimento de um Plano de Gestão da Conservação, entende-se que este:

“...ordena e delimita a aplicação do planejamento da conservação territorial e urbana dos sítios históricos, embora sua utilização possa ser também estendida para o conjunto da cidade ou para unidades territoriais menores. Essa potencialidade é dada desde que o pressuposto seja o do desenvolvimento sustentável, da manutenção da especificidade e diversidade das características do ambiente natural e construído e do compartilhamento das responsabilidades dos participantes na gestão das cidades.”⁴

Um Plano de Gestão contribui na medida em que identifica objetivos de desenvolvimento e ações apropriadas à conservação do patrimônio local, reunindo procedimentos normativos e científicos, em um universo de tempo, mobilizando atores e recursos econômicos. Foi o que aconteceu com algumas experiências, relatadas, brevemente, a seguir.

3.1 Experiências no campo da gestão da conservação: Trinidad, Havana e Piranhas.

A análise de algumas experiências bem sucedidas - que buscaram instrumentalizar o processo de gestão da conservação em áreas antigas com o objetivo de reintegrá-las à dinâmica urbana - têm como objetivo a apreensão de seus procedimentos e viabilidade, com vista à sua aplicação no caso do núcleo histórico de Goiana. Essa análise centrar-se-á em duas cidades patrimônio mundial da América Latina, Trinidad e Havana, em Cuba, e uma experiência nacional, Piranhas, município localizado no extremo sudoeste do Estado de Alagoas.

A experiência de Trinidad se revelou exemplar no que tange à difusão dos princípios da conservação integrada, com busca à sua sustentabilidade. Seu centro histórico, fundado em 1514, possui uma área de 48,5 hectares, onde a grande maioria dos imóveis são

³ PONTUAL apud CECI: pg. 104.

⁴ PONTUAL apud CECI, pg. 116.

representativos da arquitetura doméstica dos séculos XVIII e XIX, período de esplendor da cidade (imagens 20 e 21).



IMAGENS 20 e 21: Vistas da Plaza Mayor, em Trinidad, 2005.
FONTE: www.netssa.com

Em 1978, a cidade foi contemplada como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) - em meio a uma grave crise econômica e ao déficit habitacional - gerando um impacto turístico bastante significativo que se refletiu em sua economia. Desde então, houve um reordenamento administrativo e financeiro, com base na escassez de recursos, e a adoção de práticas de conservação em substituição às ações de restauração, sendo agora, inseridas na política de planejamento, com o pressuposto na elaboração de soluções criativas.

Entre as medidas consideradas favoráveis à difusão dos princípios da conservação integrada destacam-se a criação de uma oficina de restauro voltada à recuperação dos imóveis, com recursos advindos de parte dos lucros com as atividades turísticas, o estabelecimento de planos e diretrizes de conservação urbana e uma eficiente ação de monitoramento e avaliação dos procedimentos da gestão.

No caso de Havana, sua declaração de cidade Patrimônio Mundial aconteceu em 1982. Seu centro histórico encontra-se situado próximo à baía de Carenas, com área em torno de 2,14km², legalmente protegida, e usos distribuídos em comércio, serviços, habitações de baixa renda e lazer (Milet, 1999: p. 53) (imagem 22).



IMAGEM 22: Praça Velha, Havana.
FONTE: www.ohch.cu

A experiência da gestão em Havana ganhou destaque pelo aspecto coletivo e participativo das decisões, através dos setores financeiros, técnicos, sociais, entre outros, sendo afirmada pela intensa formação de associações, conforme entendimento de Milet (1999: p. 54).

De acordo com o CECI⁵, existe uma entidade pública, a Oficina do Historiador da Cidade de Havana (OHCH), criada em 1938, que tem o objetivo de exercer e gerenciar ações de recuperação nas áreas históricas, orientadas para a salvaguarda do patrimônio. Suas principais atividades de gestão são a captação de recursos para investimentos, a recuperação de imóveis tombados, de espaços públicos e de infra-estrutura, a promoção do desenvolvimento local e a gestão do patrimônio cultural. Convém ressaltar os impactos decorrentes dessas ações, que além da conservação do patrimônio, através de projetos de requalificação ou revitalização, houve o aumento na oferta de habitações nas áreas de intervenção, de espaço imobiliário urbano, bem como maior oferta de emprego e atração de novas atividades urbanas.

A OHCH possui uma estrutura organizacional dividida em três pilares: a reabilitação física, a projeção sócio-cultural e a captação de recursos. Dessa forma, garante um desempenho que consegue atender aos principais objetivos de sua gestão.

Entre os fatores que contribuíram para o êxito das ações no caso de Havana estão a existência de estudos e análises sobre as potencialidades de desenvolvimento local, a estabilidade no processo de negociação entre atores e instituições, a continuidade administrativa a cada nova gestão e, essencialmente, a sensibilidade e conhecimento de sua população da importância do patrimônio cultural. Além disso, sua legislação urbana encontra-se ajustada aos processos de revitalização do local. Para tanto, foi necessário que em seu conjunto operacional existisse a capacitação de uma equipe orientada aos procedimentos de negociação e a liberdade de negociação com todos os atores sociais envolvidos. Os principais parceiros da instituição são os empreendedores culturais, os bancos, as ONG's, as agências governamentais e as instituições internacionais.

Assim como a experiência de Trinidad, Havana também possui um efetivo e mecanismo de avaliação e monitoramento dos planos, aplicação de ferramentas e ações de proteção.

Quanto à experiência nacional, destaca-se o Plano de Gestão da Conservação da cidade de Piranhas, decorrente da proposta de Tombamento. De acordo com Furtado (2003: p.61), o Plano funcionou como um complemento desta proposta, devido a uma necessidade de instrumentalização da gestão municipal em sua modernização, tendo o pressuposto do desenvolvimento sustentável como responsabilidade local.

A proposta de tombamento da cidade de Piranhas abrange um amplo território do sertão do Vale do rio São Francisco, em Alagoas (imagens 23 e 24).

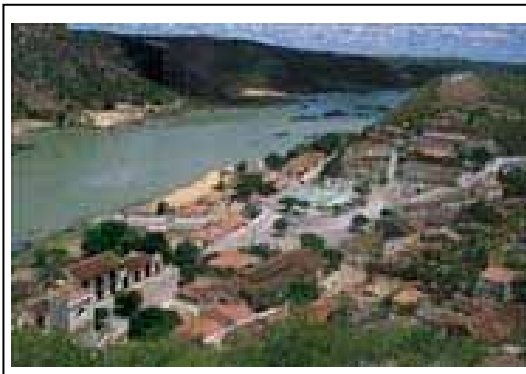


IMAGEM 23: Praça da antiga rotatória, 2006.
FONTE: www.ceci-br.org

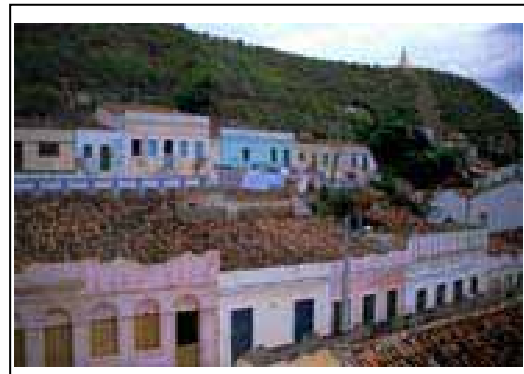


IMAGEM 24: Os desníveis das ruas, 2006.
FONTE: www.ceci-br.org

⁵ Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, através do Banco de Dados de Revitalização Urbana, www.ceci-br.org

Quanto ao Plano de Gestão, chama a atenção a metodologia aplicada e as etapas descritivas, além do caráter inovador das proposições e alternativas de desenvolvimento local.

As proposições apresentadas para as tarefas de gestão da conservação constituem fundamentais para o alcance dos objetivos pré-estabelecidos. Além disso, a proposta de rearranjo institucional para a implantação da conservação integrada sugere a criação de um Escritório de Conservação, capaz de incorporar as funções de uma agência institucional, a longo prazo. Esse fato parece revelar um avanço nos requisitos da gestão. Outro aspecto importante foi a organização da estratégia de implantação do plano, dividida em horizontes temporais. Dessa forma, consegue se construir os cenários possíveis e desejáveis.

O ponto em comum entre as experiências mencionadas é a institucionalização dos princípios da conservação integrada em núcleos históricos de cidades patrimônio, inseridos nos respectivos planos urbanos. Assim, as medidas adotadas nesses planos foram levadas em consideração e rebatidas nas diretrizes do Plano de Gestão. A rica experiência de Havana, com a criação da Oficina do Historiador da Cidade, constitui um fator de destaque que impulsionou fortemente a difusão das ações de salvaguarda, seja pelo seu caráter empreendedor, seja pela transparência e clareza das ações ou até mesmo pela criação de mecanismos de reinversão financeira.

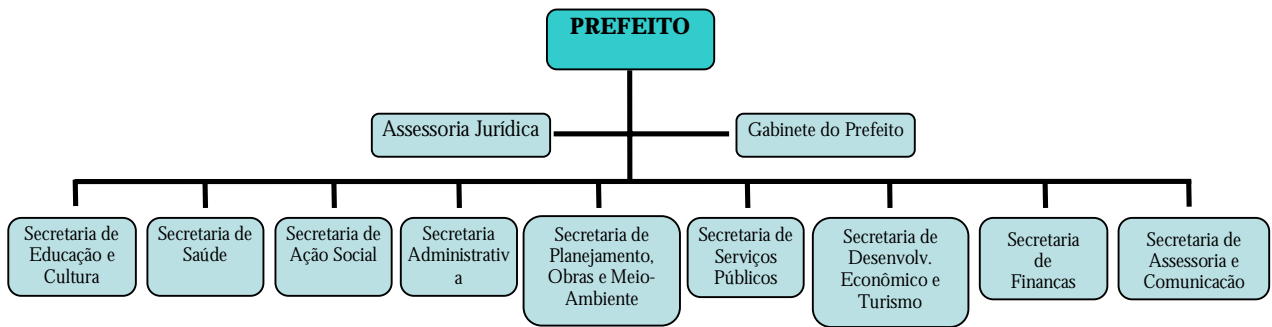
Em Piranhas, a proposta de criação do Escritório de Conservação parece refletir um pouco o que foi pensado em Havana, através da Oficina do Historiador. Nos casos onde ocorrem a instalação de um escritório técnico competente, capaz de fornecer respostas à demanda do controle urbano e estimular a visão da conservação urbana para todo o contexto do planejamento, esse procedimento tornou-se um eficiente instrumento da gestão da conservação.

Isso posto, será analisada a atual situação da gestão da conservação do núcleo histórico de Goiana para conhecimento de seus avanços e deficiências, tendo como subsídio os estudos de casos apresentados.

4. O ATUAL PROCESSO DE GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE GOIANA

Diante da caracterização do estado de conservação do núcleo histórico de Goiana, convém ressaltar como está se dando seu atual processo de gestão, de forma a identificar as deficiências existentes.

A Prefeitura de Goiana, principal agente gestor da cidade, passou, recentemente, por algumas alterações em sua estrutura administrativa, advindas de um rearranjo institucional para melhor desempenhar as suas funções, apresentando a configuração abaixo (organograma 1).



Tratando-se de um município detentor de um patrimônio nacional, nele atuam diversas instituições, analisadas a seguir.

ORGANOGRAMA 1: Atual estrutura de gestão da Prefeitura Municipal de Goiana, em 2005.

4.1 As instituições e os atores envolvidos na gestão

No âmbito do Governo Federal, o IPHAN realiza esforços na regulamentação da conservação dos bens culturais de Goiana, devido à existência de monumentos nacionais em seu núcleo histórico. Dessa forma, à instituição são encaminhados os projetos de intervenção em imóveis situados na circunvizinhança desses monumentos para orientação, posicionamento e fiscalização das propostas. Porém, a relativa distância do município ao escritório da 5ª Superintendência Regional do IPHAN, situado em Recife, dificulta o domínio e o controle das ações. Para as intervenções nos monumentos tombados, no caso as igrejas, detecta-se um maior acompanhamento e rigidez na execução.

No âmbito do Governo Estadual, conta, sobretudo, com o aporte da Secretaria de Educação e Cultura, da Secretaria de Turismo, para o fomento da atividade turística do município, do Sistema de Incentivo à Cultura, do apoio da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural de Pernambuco (Fundarpe) na preservação de monumentos históricos e artísticos, além dos segmentos empresariais, Ong's, entre outros que também atuam no município.

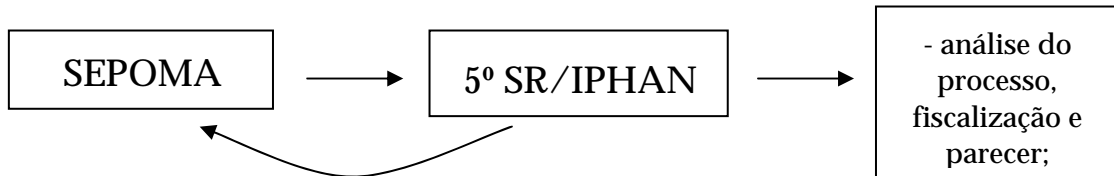
No âmbito Municipal, a Prefeitura participa como principal órgão gestor. Das Secretarias existentes, a Secretaria de Planejamento, Obras e Meio Ambiente (SEPOMA) é a que tem exercido o papel mais atuante sobre o núcleo histórico, a quem compete gerenciar o planejamento urbano e fiscalizar as obras. Em entrevista ao quadro técnico da SEPOMA, a situação da gestão no momento atual é bastante deficiente, tendo em vista a escassez de profissionais para composição das devidas funções. Quanto às áreas históricas, foi identificado que não existe sequer uma estrutura técnica responsável pelas ações de gerenciamento do patrimônio, expondo-se à revelia da população. Esta, além de não possuir uma consciência da importância do acervo, não é devidamente orientada para que desperte essa sensibilidade. Assim, torna-se claro a inexistência de um órgão legal destinado à conservação de seu núcleo histórico, evidenciando uma fragilidade do sistema administrativo.

A Secretaria de Educação e Cultura do município também está bastante interligada às questões do núcleo histórico, na medida em que apóia os projetos culturais, de modo a fortalecê-las e incentivar a sua divulgação.

Isso posto, passa-se a analisar a problemática da gestão da conservação em Goiana.

4.2 Problemática da gestão da conservação

Os mecanismos institucionais de gestão de uma cidade são os procedimentos técnicos que devem ser obedecidos para o funcionamento adequado da gestão. Em Goiana, em situações onde são propostas reformas nos imóveis pertencentes ao perímetro histórico, há o encaminhamento do processo à 5º SR/IPHAN, para análise e apreciação pela instituição (fluxograma 1):



FLUXOGRAMA 1: Mecanismo institucional de gestão da Prefeitura Municipal de Goiana.

Porém, muitas vezes, as intervenções são realizadas antes mesmo de sua entrada ou autorização pela Instituição, requerendo-se sua legalização já em fase de conclusão do projeto. Dessa forma, há uma inversão das etapas operacionais de aprovação dos projetos, comprovada pela antecipação da população às práticas públicas de controle urbano. Nesse sentido, parece que o resultado apresenta perdas ao patrimônio cultural do município, pois, a população, desconhecida dos parâmetros legais de preservação aplicáveis ao sítio, modifica seus imóveis de acordo com suas necessidades imediatas, gerando um conflito entre os interesses individuais e os coletivos, na medida em que o bem também constitui um patrimônio comum de todos.

Além desse problema, outros foram identificados, porém serão tratados os mais relevantes, passíveis de uma atitude remediadora da situação. Sabendo-se que a gestão da conservação em Goiana é bastante precária, é necessário uma estrutura administrativa ágil, eficiente e capacitada para lidar com a questão. Na tentativa de aprofundar o conhecimento dos problemas, foi realizada uma entrevista com um técnico da SEPOMA, seguindo a metodologia adotada por alguns estudiosos, como Milet e Pontual (1999: p. 5-9), para a avaliação da gestão. A entrevista detectou os seguintes problemas (quadro 1):

1. PROBLEMAS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS:
<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de capacitação técnica e continuidade dos profissionais; - Quantidade insuficiente de pessoal técnico; - Carência de equipes multidisciplinares e de mão-de-obra especializada. - Ausência de oficina de gestão do núcleo histórico e de fóruns de negociação para a participação da comunidade; - Carência de recursos materiais; - Carência de programas de educação patrimonial.
2. PROBLEMAS FINANCEIROS:
<ul style="list-style-type: none"> - Carência de recursos para a continuidade das ações; - Ausência de planos de financiamento para a conservação e de benefícios fiscais que a estimulem.
3. PROBLEMAS LEGAIS:
<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de fiscalização eficiente; - Necessidade de divulgação das leis, pois a população em geral não tem

conhecimento; - Ausência de planos de conservação.
4. PROBLEMAS POLÍTICOS:
- Descontinuidade política; - Conflitos entre níveis de governo; - Prevalência de decisões políticas sobre critérios técnicos;
5. PROBLEMAS SOCIAIS:
- Pouca consciência sobre o valor do patrimônio histórico levando por vezes à realização de obras irregulares; - Pouca participação dos cidadãos; - Impacto do turismo sobre os costumes e tradições locais dos habitantes do núcleo histórico; - Existência de muito comércio informal, principalmente em circunvizinhança de monumento tombado.
6. PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO:
- Carência de recursos para a conservação; - Elevados custos de manutenção e conservação das edificações do núcleo histórico.

QUADRO 1: Problemas identificados na gestão da conservação do núcleo histórico de Goiana.

Essas deficiências revelam uma situação onde o núcleo histórico não é considerado como um sistema articulado, capaz de ser potencializado como referência de identidade da população. Quando a gestão não se desenvolve de forma integrada entre os diversos setores, como é o caso em pauta, há uma menor probabilidade de êxito das ações.

Convém registrar que um aspecto essencial deve ser a participação da população no processo de tomada de decisão. E ainda, uma adoção do poder público em favor da prática da educação patrimonial, orientação e sensibilização da população residente sobre a importância de seu bem cultural, para que ela seja capaz de assegurar sua conservação. Quando a população não conhece o que tem, não existe um movimento em favor de sua preservação. O IPHAN, em citação de Andrade, afirma que “defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”.⁶

5. DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE GOIANA

O levantamento sobre a atual situação do processo de gestão municipal revela a necessidade de sua instrumentalização a fim de fortalecer suas atribuições para enfrentar os desafios existentes e que estarão por vir. Para tanto, foram elaboradas diretrizes no intuito de orientar uma proposta futura de Plano de Gestão, a ser implementado à médio e longo prazo, devido ao grau de dificuldade encontrado.

De imediato, torna-se essencial a introdução do conceito de conservação na dinâmica do processo de desenvolvimento local. Assim, o objetivo geral do Plano de Gestão da conservação do núcleo histórico de Goiana, deve ter como princípio: “Proteger o patrimônio, reabilitando o território mediante um Plano integral e contínuo, capaz de

⁶ ANDRADE apud IPHAN, 2001: p. 07.

conciliar a conservação dos valores culturais com as necessidades de desenvolvimentos sócio-econômicos”.⁷

Entre os objetivos específicos, sugere-se:

1. Proporcionar uma orientação adequada capaz de subsidiar um sistema eficiente e eficaz de gestão, integrada ao processo de desenvolvimento local;
2. Garantir e resgatar as características originais do núcleo histórico, bem como da sua conservação, de forma a ampliar a oferta e melhorar a qualidade de vida da população, o que acarretará em maior retorno de trabalho e renda;
3. Projetar a imagem do município, destacando as qualidades dos ambientes, da infra-estrutura e dos aspectos culturais e religiosos;
4. Encorajar a participação dos diversos atores envolvidos no processo de conservação do patrimônio, permitindo e indicando mecanismos de negociação entre eles;

No que se refere às diretrizes, foram abaixo agrupadas, segundo suas especificidades.

5.1 Diretrizes Técnicas e Políticas

- Instituir um Núcleo de Gestão da Conservação, para a elaboração e implantação do Plano de Gestão, no âmbito da Secretaria de Planejamento;

- Definir as prioridades de gestão e fortalecer as organizações institucionais locais;

- Buscar novos mecanismos institucionais para maior rapidez dos resultados;

- Formar profissionais especializados com capacidade de decisão e de negociação, além de ampliar o quadro de funcionários;

- Montar um sistema integrado de análise e avaliação, com vista a elaboração de um inventário sobre os bens, tendo como instrumento básico um sistema de informações;

- Monitorar as ações e estabelecer indicadores para avaliar os resultados. Deve existir a flexibilidade para propor novas diretrizes ou modificar estratégias que estejam sendo consideradas deficientes no decorrer do processo;

- Implantar indicadores de desempenho tanto das ações de conservação como do sistema de gestão a ser implantado;

- Dar prioridade à ação de integração da paisagem natural com o ambiente construído na área portuária, tendo como premissa reintroduzi-la na dinâmica urbana.

5.2 Diretrizes Administrativas e Legais

- Institucionalizar o Plano de Conservação, mediante lei municipal, de forma a garantir sua continuidade, independente de eventuais mudanças na administração pública;

- Aprofundar estudos e pesquisas, como uma ferramenta para a tomada de decisões, organização de prioridades, preparação de cenários prováveis, entre outros⁸;

⁷ Um dos princípios políticos do Plano Mestre de Havana (referencia)

⁸ Segundo diretriz utilizada em Havana.

- Por em prática o Plano Diretor de Desenvolvimento de Goiana, considerando seu zoneamento e estratégias de atuação.

5.3 Diretrizes Sociais

- Ampliar e estimular a participação de atores sociais, inclusive a população residente, no processo de discussão e implementação do Plano de Gestão, relacionando os aspectos culturais com os sócio-econômicos;

- Ampliar a estratégia de criação de fóruns de debates, como canal de representação social mais efetivo;

- Promover um programa de educação patrimonial eficiente que atinja todas as camadas da população para a divulgação dos valores existentes;

- Divulgar a importância dos bens culturais através de palestras, com apoio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

5.4 Diretrizes Financeiras

- Planejar um desenvolvimento local autofinanciado (como demonstrou a experiência de Havana), tendo em vista a sustentabilidade do município;

- Viabilizar recursos financeiros e criar um fundo para a conservação dos aspectos históricos, arquitetônicos e culturais do município;

- Impulsionar o turismo, mediante o calendário turístico-religioso, incentivando a criação de circuito pelos pátios, como fonte de atração de investimentos;

- Promover ações de organização da feira livre, para que os turistas possam explorar esse potencial sem prejudicar o patrimônio e dinamizar o setor econômico local;

- Favorecer a criação de parcerias público-privado, para atrair agentes capazes de investir no local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pretende com esse artigo esgotar o assunto. Entende-se que a gestão da conservação é uma estratégia organizacional relativamente recente e para se tornar eficiente, é necessário uma árdua tarefa de monitoramento para que as imperfeições sejam sanadas em tempo hábil, no decorrer do processo. Dessa forma, passa-se a somar, em sua construção, as experiências bem-sucedidas que se desenvolvem nacional e internacionalmente como um aporte de uma grande vontade de êxito.

É importante que se dê credibilidade ao Plano de Gestão da Conservação e que sua reavaliação seja conduzida constantemente. A reavaliação do processo de gestão se dá de acordo com o cumprimento da implantação das metas a serem alcançadas, verificando o nível de sucesso de cada uma.

Então, talvez assim, desvele-se um passo para a estruturação dos princípios da conservação integrada, vista como o controle da mudança, em um núcleo histórico do interior de Pernambuco.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFONSO, Félix. **Rehabilitación del Centro Histórico de La Habana: Uma experiência de Desenvolvimento Sustentável**. Palestra no Curso do ITUC-AL, Olinda, 2006.
- ARAÚJO, Suzane Albers. **Diretrizes para a Gestão da Conservação do Ribeirão da Ilha, Florianópolis/SC**. Recife: CECI – ITUC/AL 2003. Orientador: Sílvio Zancheti.
- FURTADO, Ricardo C., ZANCHETI, Sílvio. **Piranhas: Proposta de Tombamento e Plano de Gestão**. Recife: L. Dantas da Silva Editor/ CHESF, 2003. 111 p.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto Histórico e Artístico Nacional**. Autor. Rio de Janeiro: 1994, 4ª edição. 251 p.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. rev. aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408 p.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. PERIQUITO, Daniela, BARRETO, Juliana. **Estudo para a Instrução ao Processo de Tombamento de Goiana**. Recife: 2005.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Identificação de Documento. **Processo nº 1483-T-01, “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Goiana, Estado de Pernambuco”**. Autor. Recife: 2001.
- MILET, V.; PONTUAL, V. **Evaluación de la Gestión y de las Necesidades de Capacitación Técnica em las Ciudades del Patrimônio Mundial de América Latina**. Olinda. Organización de las Ciudades del Patrimônio Mundial / Internation Center for the Study of Preservation and Restauration of Cultural Property / CECI / Centro del Patrimonio Mundial de La UNESCO. 1999.
- UFPE / Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial – ZANCHETI, Sílvio Mendes (org.). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.